

## ESTATUTO SOCIAL

### TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINALIDADE, INTEGRAÇÃO, PRERROGATIVAS, DEVERES E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

#### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINALIDADE, INTEGRAÇÃO

**Art.1º** O Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, inscrito no CNPJ nº. 02.039.988/0001-28, com sede na Avenida Jesuíno Veloso do Carmo, Qd. 22, Lt. 01, Distrito Municipal de Pequenas Empresas DIMPE, Rio Verde/Go, é constituído sem fins lucrativos para fins de estudo, coordenação, defesa e representação legal da categoria econômica das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, com a finalidade de desenvolver as indústrias da base, apoiar o fomento de novas indústrias, melhorar as condições de seus representados, bem como a independência e autonomia da representação sindical e defesa das instituições democráticas, com prazo de duração indeterminado.

**§1º** O Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano é integrante do Sistema de Representação Sindical da Confederação Nacional da Indústrias (CNI) e filiado à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG).

**§2º** O Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano apresenta como Comissão Fundadora: Eurípedes Felizardo Nunes, brasileiro, industrial, representando a indústria mecânica, Eli Pereira de Melo, brasileiro, industrial, representando a indústria elétrica e Juraci Maria da Silva, industrial, representando a indústria metalúrgica.

**Art.2º** O Sindicato terá como base territorial os município de: Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Quirinópolis, Santo Antônio da Barra, Acreúna, Montividiu, todas no Estado de Goiás e também as dispostas conforme 19º GRUPO - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO - a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho).

## **CAPÍTULO II**

### **DAS PRERROGATIVAS, DEVERES E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO**

**Art.3º** São prerrogativas do Sindicato:

- a) Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, ou a qualquer pessoa de direito privado, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais e coletivos da categoria (art. 8º, III, da CF);
- b) Celebrar convenções coletivas com os sindicatos representativos da categoria profissional (art. 513, "b", da CLT);
- c) Eleger ou designar representantes da categoria;
- d) Colaborar com o Estado como órgão Técnico e Consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria representada;
- e) Firmar contratos para prestação de serviços jurídicos de interesses suplementares para os associados, em defesa dos interesses da classe;
- f) Representar seus associados perante o Estado, em defesa de seus direitos e interesses no estudo e solução de problemas relacionados, direta ou indiretamente, com a categoria;
- g) Impetrar Mandado de Injunção, Mandado de Segurança coletivo ou outras ações coletivas;
- h) Filiar a Federação do Grupo e outras Organizações Sindicais de interesses das indústrias da categoria;
- i) Colaborar e defender a solidariedade entre povos, buscando a paz social e o desenvolvimento do mundo;
- j) Colaborar com o Estado visando a consecução dos interesses nacionais;
- k) Promover ou incentivar com recursos próprios ou subvenções, palestras, seminários, treinamentos e cursos relacionados com interesse da categoria;
- l) Promover a formação técnica da mão de obra, podendo firmar para tal fim, convênios com entidades e órgãos especializados em formação profissional, objetivando o aprimoramento da mão de obra do setor;
- m) Divulgar, por meio eletrônico ou impresso, informativos a respeito de assuntos de interesse do setor;
- n) Respeitados os limites legais exercer qualquer atividade em benefício da categoria;
- o) Estimular a organização da categoria;
- p) Eleger ou designar representantes do segmento das empresas representadas junto à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG);
- q) Exercer outras prerrogativas que forem consideradas compatíveis pela Assembleia Geral ou pela Diretoria.

**Art.4º** São deveres do Sindicato:

- a) Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social e da paz mundial;
- b) Manter serviço de assistência jurídica para os associados com apoio da FIEG;
- c) Incentivar a sindicalização;
- d) Promover, encaminhar e incrementar as negociações coletivas do trabalho;
- e) Manter em sua sede social o registro de associados;

- f) Agir conforme diretrizes determinadas no Estatuto Social, Regimento Interno (quando houver), Diretoria e Assembleia Geral;
- g) Lutar pela unidade da categoria.

**Art.5º** São condições para o funcionamento do Sindicato:

- a) A observância das Leis, dos Princípios Morais e Éticos, e a compreensão dos deveres cívicos;
- b) Gratuidade do exercício dos cargos eletivos;
- c) Impedimento do exercício de cargo eletivo, cumulativamente com emprego remunerado pelo Sindicato ou por entidade de grau superior;
- d) Impedimento de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;
- e) Impedimento de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511 da CLT, inclusive as de caráter político-partidário;
- f) Impedimento de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária;
- g) Instalar subsedes e/ou representações sindicais no território brasileiro, de acordo com as necessidades do Sindicato sendo implementadas a solicitação do Presidente do Sindicato e mediante aprovação da Diretoria e Assembleia Geral;
- h) Estabelecer e arrecadar contribuições para o custeio do Sistema Confederativo (art.8º, IV, da CF), de acordo com as decisões tomadas em Assembleia Geral.

## TÍTULO II

### DAS EMPRESAS FILIADAS E EMPRESAS ASSOCIADAS

#### CAPÍTULO I

#### DAS EMPRESAS FILIADAS

**Art.6º** São empresas filiadas todas as empresas com atividades ligadas à categoria econômica das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico e também as dispostas conforme a tabela de Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE citadas no artigo 2º do presente Estatuto, que por força do desenvolvimento de suas atividades detém enquadramento automático, natural, espontâneo e independente de ato de vontade ao sindicato.

**§único:** As empresas filiadas podem passar a recolher ao sindicato contribuições de acordo com as decisões tomadas em Assembleia Geral, Instrumentos Coletivos ou em Lei.

#### DOS DIREITOS E DEVERES DAS EMPRESAS FILIADAS

**Art.7º** Constituem direitos das empresas filiadas:

- a) Reivindicar sua admissão no quadro de associados ao indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;
- b) Reivindicar ao Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano a defesa de interesses coletivos da categoria;

- c) Apresentar proposições sobre matérias de interesse da categoria econômica do setor;
- d) Participar de Assembleia Geral, por seu Representante Legal que comprove ser titular e/ou sócio constante no Contrato Social da empresa, ou por pessoa autorizada por documento procuratório, quando o edital de convocação assim permitir.

**§único:** As empresas filiadas poderão exercer direito político na entidade somente após a sua associação na entidade ou quando a Diretoria ou Assembleia Geral assim permitir.

**Art.8º** Constituem deveres das empresas filiadas:

- a) Pagar contribuições para a entidade, de acordo com as decisões tomadas em Assembleia Geral, Instrumentos Coletivos ou em Lei;
- b) Pagar taxa de admissão, quando aprovada a entrada da empresa filiada no quadro de associados do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano;
- c) Enviar ao Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, quando solicitado pela entidade, para fins estatísticos, dados de admissão e demissão, acidentes de trabalho, número de empregados, dentre outros dados;
- d) Observar e cumprir o presente Estatuto colaborando para que os objetivos neles relacionados sejam atingidos;
- e) Comparecer às Assembleias Gerais, quando o edital de convocação assim permitir;
- f) Comunicar qualquer alteração de endereço a entidade, inclusive eletrônico, no prazo de 5 (cinco) dias seguintes ao respectivo fato gerador. Caso não o faça, as convocações e cobranças encaminhadas pela entidade, no endereço constante na Receita Federal serão tidas como recebidas;
- g) Acatar as deliberações das Assembleias Gerais realizadas pela entidade.

## **CAPÍTULO II DAS EMPRESAS ASSOCIADAS**

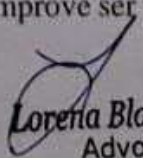
**Art.9º** São empresas associadas todas as empresas com atividades ligadas à categoria econômica das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico e as dispostas conforme a tabela de Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE citadas no artigo 2º do presente Estatuto, e também empresas de outro CNAE que, voluntariamente, solicitaram associação ao Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, adquirindo assim direito à utilização dos produtos, benefícios e serviços oferecidos pelo Sindicato.

**Art.10º** As empresas associadas poderão exercer direito político na entidade diante da satisfação das exigências deste Estatuto Social.

## **DO PEDIDO DE ASSOCIAÇÃO**

**Art.11** O pedido de associação da empresa deverá ser feito por meio da Ficha de Associação, devidamente preenchida e assinada por seu Representante Legal que comprove ser titular e/ou

4

  
**Lorena Blanco Nunes**  
Advogada  
OAB-GO 29.971

sócio constante no Contrato Social da empresa, ou por pessoa autorizada por documento procuratório, que deixe expressamente consignado a submissão da empresa ao Estatuto Social do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, sendo acompanhada com os seguintes documentos:

- a) Cópia do CNPJ da empresa (com situação cadastral ativa);
- b) Cópia do Contrato Social da empresa (com todas as alterações);
- c) Declaração de funcionamento da empresa;
- d) RAIS atualizada da empresa;
- e) E-mail atualizado e ativo do Representante legal e da Empresa;
- f) Comprovante de endereço atualizado do Representante legal e da Empresa;
- g) Número de telefone fixo (quando houver) do Representante legal e da Empresa;
- h) Número de telefone via aplicativo de mensagem (WhatsApp ou outro) do Representante legal e da Empresa;
- i) Outros documentos que a Entidade julgar necessários.

§1º A admissão no quadro associativo da Entidade far-se-á por deliberação da Diretoria ou Assembleia Geral, sendo que, a Diretoria e assembleia também deliberará sobre a possibilidade de cobrança de taxa de admissão e o seu valor.

§2º A documentação descrita nas alíneas do caput deste artigo poderá ser entregue na sede do Sindicato, via protocolo de recebimento, ou ser enviada para o endereço eletrônico da entidade. Do recebimento da documentação, a Diretoria ou Assembleia Geral terá o prazo de 30 dias para acatar ou não o pedido de admissão da empresa no quadro de associados da Entidade.

§3º A Diretoria ou Assembleia Geral deverá recusar o pedido de associação quando, submetida a documentação à análise, constatar que a empresa interessada não atende os requisitos definidos no presente Estatuto ou em Lei. Neste caso, a Diretoria encaminhará a denegação do pedido de associação para e-mail informado na ficha de associação, tendo a empresa o prazo de 10 dias à contar do envio do e-mail da negativa, para interpor recurso, que deverá ser entregue na sede do sindicato via protocolo. Do recebimento do Recurso a Diretoria do Sindicato terá 90 (noventa) dias para apreciação e comunicação do resultado para a empresa interessada. Não cabendo mais recurso.

## **DA CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS ASSOCIADAS NO ATO DA ADMISSÃO**

**Art.12** No ato da admissão no quadro de associados da Entidade a empresa será devidamente classificada como:

- a) Regular: Empresa da categoria econômica das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, com base territorial do sudoeste goiano e também as dispostas conforme a tabela de Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE, citadas no artigo 2º do presente Estatuto.

- b) Colaboradora: Empresa associada de outros setores da indústria ou comércio, ou empresas da base de outros estados.

**§único:** As empresas que foram associadas antes da vigência deste Estatuto serão classificadas conforme o presente artigo.

## DOS DIREITOS E DEVERES DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

**Art.13** Constituem direitos das empresas associadas:

- a) Obter classificação após a sua admissão;
- b) Exercer direitos políticos quando o presente Estatuto assim permitir;
- c) Requerer, com mínimo de 1/5 (um quinto) das empresas associadas em condições de voto, a convocação de Assembleia Geral;
- d) Utilizar e usufruir dos serviços, assistência e benefícios patrocinados pelo Sindicato;
- e) Frequentar a sede social da entidade;
- f) Participar de congressos, conferências, debates e outros atos patrocinados pelo Sindicato, obedecidas as normas de organização dos eventos;
- g) Utilizar-se das dependências do Sindicato para a realização de eventos (palestras, cursos, seminários, treinamentos e outros), desde que a solicitação ocorra em período prévio de 30 dias do evento e seja aprovada pela Diretoria;
- h) Recorrer à Assembleia Geral no prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, por escrito, contra todo ato contrário ou lesivo ao direito emanado da Diretoria.

**§único:** Os direitos das empresas associadas são intransferíveis.

**Art.14** Constituem deveres das empresas associadas:

- a) Pagar taxa de admissão ao ingressar no quadro de associados da entidade, quando a obrigatoriedade da taxa e seu valor for definido pela Diretoria ou Assembleia Geral;
- b) Pagar mensalidade, quando a sua obrigatoriedade e valor for definido pela Diretoria ou Assembleia Geral;
- c) Pagar contribuição, quando a obrigatoriedade do pagamento e valor for definida pela Diretoria, por instrumentos coletivos ou por Assembleia Geral, sendo que a aprovação assemblear poderá ser de forma individual ou coletiva;
- d) Participar das reuniões e Assembleias Gerais;
- e) Prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo e de unidade entre os integrantes da categoria profissional;
- f) Zelar pelo patrimônio, serviços e/ou bens do Sindicato;
- g) Zelar pelo decoro e o dever da urbanidade;
- h) Respeitar, integralmente, o Estatuto Social e as autoridades institucionais;
- i) Cumprir o presente Estatuto, decisões assembleares e regulamentos que forem criados;
- j) Comunicar seu desligamento do quadro social do Sindicato, diretamente na sede social, para assinatura da documentação pertinente a saída da empresa, sob pena de continuar obrigado a pagar as contribuições, mensalidades, ou qualquer tipo de taxas previamente aprovadas pela

Diretoria, Assembleia Geral e instrumentos coletivos;

- k) Votar nas eleições sindicais, conforme a classificação determinada no presente Estatuto Social;
- l) Comunicar qualquer alteração dos dados e endereços apresentados na ficha de admissão no prazo de 5 (cinco) dias seguintes ao respectivo fato gerador. Caso não o faça, as convocações e cobranças encaminhadas para os endereços constantes na ficha de admissão e dados serão tidas como recebidas e verdadeiros;

### **TÍTULO III**

#### **DO DIREITO DE CANDIDATAR E VOTAR AOS CARGOS DA DIRETORIA**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DO DIREITO DE CANDIDATAR**

**Art.15** Somente poderá candidatar a qualquer cargo da Diretoria a empresa associada classificada como Regular que, cumulativamente, preencha os seguintes requisitos:

- a) Apresente na data do registro de chapas mais de 02 (dois) anos nas atividades da base e mais de 01 (um) ano de inscrição como associada do Sindicato;
- b) Que não incida em qualquer das proibições constantes do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**§único:** A empresa associada classificada como Colaboradora somente poderá candidatar a qualquer cargo da Diretoria, quando a Diretoria, via Assembleia Geral, assim permitir.

##### **CAPÍTULO II**

##### **DO DIREITO DE VOTAR**

**Art.16** Somente poderá votar no processo eleitoral, a empresa associada classificada como Regular que apresente na data do registro de chapas mais de 02 (dois) anos nas atividades da base e mais de 01 (um) ano de inscrição como associada do Sindicato.

**§único:** A empresa associada classificada como Colaboradora somente poderá votar no processo eleitoral quando a Diretoria, via Assembleia Geral, assim permitir.

### **TÍTULO IV**

#### **DAS PENALIDADES DAS EMPRESAS ASSOCIADAS**

#### **ADVERTÊNCIA ESCRITA, SUSPENSÃO E ELIMINAÇÃO**

**Art.17** As empresas associadas são passíveis de representação por advertência escrita, suspensão ou eliminação do quadro social, devido ao descumprimento de normas estatutárias e conforme a gravidade da falta.



## **CAPÍTULO I DA ADVERTÊNCIA ESCRITA**

**Art.18** As empresas associadas poderão ser advertidas de forma escrita, quando:

- a) Deixarem de comparecer a 03 (três) Assembleias Gerais consecutivas, quando devidamente convocadas;
- b) Deixarem de quitar 03 (três) mensalidades consecutivas.

## **CAPÍTULO II DA SUSPENSÃO**

**Art.19** As empresas associadas poderão ter seus direitos suspensos quando:

- a) Desacatarem as decisões ou determinações da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- b) Deixarem de comparecer a 05(cinco) Assembleias Gerais consecutivas, quando devidamente convocadas;
- c) Deixarem de quitar 05 (cinco) mensalidades consecutivas;
- d) Desacatarem a honra, a imagem, a ética e a moral do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, verbalmente ou por escrito, ou com atos e condutas;

**§único:** A pena de suspensão não desonera a empresa associada do pagamento das mensalidades, taxas ou contribuições determinadas no presente Estatuto Social.

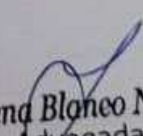
## **CAPÍTULO III DA ELIMINAÇÃO**

**Art.20** As empresas associadas poderão ser eliminadas do quadro social do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano quando:

- a) Atuarem com malversação, dilapidação ou desvio do patrimônio social da entidade;
- b) Reincidirem nas situações elencadas no artigo 19 do presente Estatuto;

**Art.21** Nenhuma pena de suspensão e/ou eliminação será imposta a qualquer empresa associada sem que seja assegurada ampla defesa com os meios e recursos inerentes, salvo a reincidência da inadimplência de 05 (cinco) mensalidades consecutivas, quando o associado estará automaticamente desligado dos quadros da entidade.

**§1º** A Diretoria enviará para o e-mail cadastrado na ficha de associação da empresa infratora a decisão sobre a suspensão ou eliminação da empresa no quadro de associados, sendo que a empresa poderá interpor recurso desta decisão no prazo de 05 dias úteis do envio da decisão pela entidade.

  
Lorena Blanco Nunes  
Advogada  
OAB-GO 29.971

**§2º** O recurso da empresa deverá ser entregue diretamente na sede do sindicato, via protocolo de recebimento, ou e-mail da entidade. Sendo que, do recebimento do recurso, a Diretoria terá o prazo de 30 dias para acatar ou não o recurso ofertado pela empresa. A qual enviará a decisão irrecorrível no e-mail cadastrado na ficha de associação da empresa.

**Art.22** Decorrido um ano, os associados que tenham sido eliminados do quadro social do Sindicato poderão nele reingressar, desde que se reabilitem e a Diretoria autorize, exceto os inadimplentes, cujo reingresso será após a regularização dos seus débitos com os acréscimos legais em vigor.

## **TÍTULO V**

### **DA PERDA DO MANDATO, DO ABANDONO DE CARGO E DA RENÚNCIA DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHOS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA PERDA NO MANDATO**

**Art.23** Os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados representantes na FIEG, perderão mandato nas seguintes situações:

- a) Abandono do cargo na forma prevista no Estatuto;
- b) Solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;
- c) Violação deste Estatuto;
- d) Malversação ou dilapidação do patrimônio social do Sindicato.

**§1º** A perda do mandato será declarada em Assembleia Geral, especificamente convocada para esse fim.

**§2º** A perda do mandato deverá ser precedida de notificação escrita, que poderá ser enviada via e-mail ou carta AR para os endereços constantes na ficha de associação da empresa, que assegura ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recurso com os prazos dispostos na forma do parágrafo §1º e §2º do artigo 21 deste Estatuto.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DO ABANDONO DE CARGO**

**Art.24** O abandono de cargo por membro da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados representantes na FIEG, se caracterizará pela ausência continuada e não justificada a cinco reuniões sucessivas da Diretoria e Conselho Fiscal.

**§único:** A empresa representada pelo membro que abandonou o cargo não poderá ser eleita para qualquer cargo durante 04 (quatro) anos seguintes.



### CAPÍTULO III DA RENÚNCIA

**Art.25** Na hipótese de renúncia de qualquer membro da Diretoria, do Conselho Fiscal, e dos Delegados representantes na FIEG, assumirá o substituto legal.

**Art.26** Se ocorrer a renúncia coletiva, o Presidente, ainda que resignatário, no prazo de 30 (trinta dias) deverá convocar Assembleia Geral para que esta constitua uma Junta Governativa Provisória. Se o presidente ficar inerte, poderá os associados da entidade convocar Assembleia Geral para que esta constitua Junta Governativa Provisória.

**§único:** A Junta Governativa Provisória procederá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, as diligências necessárias à realização de nova eleição para investidura dos cargos da Diretoria, do Conselho Fiscal, dos Delegados representantes na FIEG.

### TÍTULO VI DO SISTEMA DIRETIVO DO SINDICATO

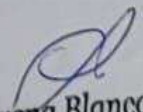
**Art.27** Em razão da autonomia que lhes confere a Constituição da República, o Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano detém poder de gestão autônoma. Sendo que essa autonomia também é representada pelas seguintes faculdades: reunião de assembleia, *referendum*, imposição de contribuições e penalidades e elaboração das suas próprias normas internas (Estatuto, Regimento Eleitoral, Regimento Interno, regulamentos, dentre outros documentos).

**Art.28** As empresas filiadas e associadas reconhecem:

- a) O Princípio da Autonomia Sindical como sustentação e garantia de autogestão do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, sem interferência do Estado;
- b) A livre estruturação interna, a livre atuação externa, a sustentação econômica-financeira e a desvinculação do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano de controles administrativos estatais;
- c) A liberdade sindical como garantia do fortalecimento da pessoa coletiva enquanto representante da categoria;
- d) Ser lícita a autorização coletiva ou individual, das empresas representadas pela entidade, via Assembleia Geral;
- e) Ser a decisão assemblear obrigatória para toda a categoria;
- f) Ser o Estatuto Social obrigatório na relação sindicato e representados.

**Art.29** A direção e a administração do sindicato serão exercidas pelos seguintes órgãos do sistema diretivo:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;

  
Lorena Blanco Nunes  
Advogada  
OAB-GO 29.971

- c) Conselho Fiscal;
- e) Delegados representantes.

## **CAPÍTULO I**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Art.30** A Assembleia Geral, constituída pelos associados no pleno gozo de seus direitos é órgão supremo da entidade, competindo-lhe traçar normas para fiel execução dos encargos previstos neste Estatuto e suas deliberações, em regra geral, serão tomadas por 2/3 (dois terços) dos associados presentes em primeira convocação e, meia hora depois, em segunda convocação, por qualquer número de associados presentes.

**§1º** A convocação para a realização da Assembleia Geral deverá ocorrer com no mínimo 03 (três dias) de antecedência, mediante edital publicado em jornal de grande circulação entre as empresas da base.

**§2º** Nos casos de urgência, definida pelo Presidente da entidade, a convocação para a realização da Assembleia Geral poderá ocorrer com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

**§3º** A Assembleia Geral poderá ser realizada de forma presencial ou remota (videoconferência, virtual, ou qualquer outro meio telemático), sendo que a forma de realização deverá constar no edital de convocação.

**Art. 31** Compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

- a. aprovação dos Planos Estratégicos e Organograma do Sindicato;
- b. a tomada e aprovação de contas da Diretoria;
- c. convenções coletivas de trabalho e dissídios;
- d. estabelecimento de contribuições;
- e. constituição de Junta Governativa Provisória;
- f. aprovação de criação de delegacias ou seções dentro da base territorial do Sindicato;
- g. alienação de bens móveis do Sindicato;
- h. a reforma do Estatuto do Sindicato;
- i. o suprimimento das lacunas e o esclarecimento das dúvidas surgidas na aplicação deste Estatuto;
- j. as demais competências previstas neste Estatuto;

**Art. 32** A Assembleia Geral deverá ser especificamente convocada para deliberar sobre:

- I – Reforma do Estatuto;
- II – Dissolução do Sindicato,
- II- Perda do Mandato.

**§1º** Para as deliberações que se referem os incisos I, II e III do presente artigo a Assembleia

Geral deverá ter quórum de 2/3 (dois terços) dos associados quites presentes em primeira convocação e, meia hora depois, em segunda convocação, com no mínimo 1/3 (um terço) dos associados quites. Não tendo alcançado o quórum definido para a mesma, a Assembleia Geral não se realizará, devendo ser convocada nova Assembleia.

§2º No caso de dissolução do Sindicato o destino do patrimônio remanescente, depois de satisfeitos todos os encargos sociais, será decidido pela Diretoria, via Assembleia Geral.

**Art.33** Realizar-se-ão as Assembleias Gerais, observadas as seguintes prescrições:

- a) quando o Presidente, a maioria da Diretoria ou o Conselho Fiscal julgar necessário;
- b) a requerimento de pelo menos 1/5 (hum quinto) dos associados quites, os quais especificarão os motivos da convocação, devendo comparecer a maioria dos que a promoveram, sob pena de nulidade da Assembleia. O Presidente do Sindicato convocará a Assembleia no prazo de 05 (cinco) dias contados do dia seguinte da entrega do requerimento na Secretaria. Decorrido o prazo sem providências, a convocação será feita pelos interessados.

## **DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Art.34** São direitos e deveres dos Participantes da Assembleia Geral:

- a) Apresentar propostas e sugestões nas reuniões da Diretoria;
- b) Votar as matérias incluídas na pauta da reunião para a qual foram convocados por matéria incluída na ordem do dia, conforme classificação da empresa;
- c) Apresentar propostas de emendas, alterações, supressões e acréscimos aos dispositivos do presente Estatuto;
- d) Solicitar esclarecimentos e informações à Diretoria quanto aos atos administrativos postos em prática pela Diretoria;
- e) Nas reuniões, pedir vistas de documentos e obter cópias de atos administrativos e outros emanados da Diretoria, tais como Portarias, Resoluções, Ordens de Serviços, Avisos, Editais e Instruções Normativas;
- f) Fazer uso da palavra nas reuniões da Diretoria;
- g) Deliberar e votar matérias relativas a processos de dissídios coletivos e convenções coletivas de trabalho;
- h) Deliberar sobre qualquer matéria de interesse das categorias econômicas representadas;
- i) Fazer cumprir o presente Estatuto.

## **CAPÍTULO II DA DIRETORIA**

**Art.35** A Diretoria, órgão de direção, funcionamento, administração e de representação do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, em questões administrativas e judiciais, é constituída por 04 (quatro) membros titulares, sendo

de forma obrigatória, empresas associadas, que podem ser classificados como empresas Regulares ou empresas Colaboradoras (quando a Diretoria via Assembleia Geral permitir), todos com mandato de 04 (quatro) anos, a contar de sua posse, eleitos por Assembleia Geral, com as funções assim discriminadas:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Diretor Secretário;
- d) Diretor Tesoureiro.

**§único:** As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, valendo o Presidente como “voto de qualidade” em caso de empate.

**Art.36** Compete à Diretoria:

- a) Dirigir o Sindicato de acordo com as normas legais pertinentes, Estatuto Social, Regimento Eleitoral e Regimento Interno (quando houver);
- b) Administrar o patrimônio social e promover o bem-estar geral dos associados e de toda a categoria econômica representada;
- c) Planejar a gestão administrativa e jurídica do Sindicato;
- d) Aplicar as penalidades, conforme previstas neste Estatuto, respeitados os casos de competência da Assembleia Geral;
- e) Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.
- f) Elaborar previsão orçamentária;
- g) Prestar contas e apresentar o respectivo balanço, após regularmente examinado pelo conselho fiscal, bem como o relatório das atividades do ano anterior, anualmente, na Assembleia Geral;
- h) Convocar assembleia para eleger suplente da Diretoria, Conselho fiscal ou Delegado representante junto a FIEG, em caso de perda de mandato destes, por falecimento, renúncia, licença, afastamento, ou qualquer outro motivo que deixe o cargo vago.

**Art.37** Compete ao Presidente:

- a) Representar o sindicato ativa e passivamente perante as autoridades administrativas ou judiciárias, podendo, neste último caso, delegar poderes, constituindo procurador quando julgar necessário;
- b) Instalar e presidir as Assembleias Gerais e os trabalhos da Diretoria, cabendo-lhe, no exercício da presidência, além de seu voto, o de qualidade;
- c) Assinar as convenções coletivas;
- d) Ordenar as despesas, assinar os cheques ou transações eletrônicas, e pagar as contas juntamente com o vice-presidente, ou diretor-tesoureiro ou diretor secretário;
- e) Assinar as atas de reuniões, previsão orçamentária, prestação de contas e os demais documentos que dependam da sua assinatura;
- f) Contratar Presidente Executivo, caso julgar necessário, estipulando sua remuneração;

- g) Admitir e demitir os empregados do sindicato, fixando-lhes os salários, conforme as necessidades do serviço e disponibilidade financeira;
- h) Desempenhar bem as atribuições do cargo para o qual foi eleito;
- i) Manifestar-se, por si ou por delegação expressa, em nome do Sindicato, nos assuntos que digam respeito aos interesses da categoria;
- j) Decidir, independentemente de autorização da Diretoria, em caso de natureza urgente e imprevista, sempre que as deliberações assim tomadas venham a, de modo evidente, evitar o perecimento de direito, prevenir responsabilidade ou prover a conservação e ressalva dos direitos e interesses do sindicato e da categoria profissional representada, dando de tudo conhecimento à Diretoria, na primeira reunião que se seguir;
- k) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Diretoria e da Assembleia Geral;
- l) Dirigir as aplicações financeiras e movimentar as contas bancárias do sindicato, em conjunto com o vice-presidente e ou o diretor-tesoureiro;
- m) Deliberar sobre as demais competências previstas neste Estatuto.

**Art.38** Compete ao Vice-Presidente:

- a) Suceder, no caso de vago, o Presidente e substituí-lo em suas faltas e impedimentos, bem assim desincumbir-se dos encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente e pela Diretoria.

**Art.39** Compete ao Diretor-Secretário:

- a) Dirigir e fiscalizar os trabalhos da secretaria;
- b) Coordenar a correspondência do expediente do sindicato;
- c) Ter sobre sua responsabilidade os arquivos do Sindicato.

**Art.40** Compete ao Diretor-Tesoureiro:

- a) Substituir o Diretor-Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- b) Ter sob sua responsabilidade os bens e valores patrimoniais do sindicato;
- c) Assinar, com o Presidente ou com quem este delegar, os cheques, ou transações eletrônicas, e efetuar os pagamentos autorizados;
- d) Organizar e dirigir os serviços da Tesouraria;
- e) Organizar, em ordem cronológica, toda a documentação necessária à escrituração contábil da entidade e entregá-la ao contador, para os devidos efeitos;
- f) Providenciar a prestação de constas e créditos adicionais do sindicato;
- g) Providenciar a previsão orçamentária e créditos adicionais do sindicato;
- h) Manter em caixa apenas os valores determinados pela Diretoria ou pela Assembleia Geral;
- i) Prestar ao Conselho Fiscal as informações que forem solicitadas por seus membros;
- j) Cumprir e fazer cumprir as determinações ou exigências do Conselho Fiscal no tocante a falha na escrituração contábil ou documentos patrimoniais;
- k) Cumprir e fazer cumprir as determinações legais e estatutárias no tocante à alienação de bens móveis do sindicato.

**Art.41** O Sindicato poderá ser administrado por um Presidente Executivo, indicado pelo

Presidente do Sindicato, a ser contratado para esse fim, com grande conhecimento do setor industrial da base, de reputação ilibada, fora do quadro social das empresas associadas, por prazo indeterminado.

**Art.42** Compete ao Presidente Executivo, quando autorizado pelo Presidente:

- a) Administrar o Sindicato, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) Dar cumprimento das deliberações da Diretoria e Assembleia Geral;
- c) Estruturar os serviços internos, técnicos e administrativos;
- d) Elaborar os balancetes financeiros mensais, o balanço contábil anual, o relatório anual e as contas de cada exercício, devendo enviar ao Tesoureiro para assinatura e aprovação;
- e) Admitir, demitir funcionários e fixar seus vencimentos;
- f) Representar o Sindicato perante a administração pública e empresas privadas;
- g) Representar o Sindicato em Juízo;
- h) Acompanhar e assessorar a Comissão de Negociação Coletiva de Trabalho da categoria;
- i) Contratar mão de obra especializada para realizar tarefas específicas;
- j) Acompanhar as ações e atividades dos Grupos de Trabalho criados pelo Sindicato;
- k) Movimentar, em conjunto com o Presidente e Diretor Tesoureiro, contas nos estabelecimentos bancários;
- l) Gerenciar o corpo funcional do Sindicato;
- m) Praticar todos os atos necessários ao desenvolvimento e à prosperidade do Sindicato.

### **CAPÍTULO III DO CONSELHO FISCAL**

**Art.43** O Sindicato terá um Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros eleitos com competência à fiscalização da gestão financeira do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano, eleitos na mesma Assembleia Geral que deliberou pela escolha da Diretoria e com o mandato encerrado em conjunto com a Diretoria.

§1º Os membros do Conselho Fiscal deverão ser escolhidos dentre as empresas associadas ao Sindicato.

§2º O membro da Diretoria que exerce o cargo de Diretor-Tesoureiro não poderá fazer parte do Conselho Fiscal.

§3º É de competência do conselho fiscal dar parecer e aprovar orçamentos financeiros, balancetes contábeis, bem como atestar com o presidente e diretores documentos de receitas e despesas do sindicato.

### **CAPÍTULO IV DOS DELEGADOS REPRESENTANTES**

**Art.44** O Sindicato terá 2 (dois) membros eleitos para o cargo de Delegado Representante junto a FIEG, sendo 01 (um) membro efetivo e 01 (um) membro suplente, eleitos na mesma

assembleia que deliberou pela escolha da Diretoria e com o mandato encerrado em conjunto com a Diretoria.

§1º Os delegados deverão ser escolhidos dentre as empresas associadas ao Sindicato,

§2º É de competência dos delegados:

- a) Bem representar o Sindicato junto a FIEG, participando de suas assembleias gerais, conforme convocação da mesa;
- b) Prestigiar a FIEG e propagar o espírito associativo entre todas as categorias econômicas por ela representadas;
- c) Servir de elemento de ligação entre o Sindicato e a FIEG, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados por ambas entidades;
- d) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto da FIEG e as decisões tomadas nas Assembleias Gerais.

§3º O Presidente do Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano poderá exercer o cargo de delegado representante efetivo perante a FIEG.

§4º O cargo de delegado suplente compete suceder ou substituir o delegado efetivo em sua ausência.

## **TÍTULO VII DAS ELEIÇÕES**

**Art.45** As eleições processar-se-ão de acordo com o Regimento Eleitoral, parte integrante do presente Estatuto (como anexo), devidamente aprovado em Assembleia Geral.

## **TÍTULO VIII FONTES E RECURSOS, TAXAS, MENSALIDADES E CONTRIBUIÇÕES**

### **CAPÍTULO I FONTES E RECURSOS**

**Art.46** São fontes e recursos do Sindicato:

- a) As taxas de admissão e mensalidades pagas pelas empresas associadas, conforme decisão em Assembleia Geral;
- b) As contribuições pagas pelas empresas associadas e filiadas, conforme decisão em Assembleia Geral;
- c) As contribuições quando pagas pelas empresas de toda categoria, definidas em Instrumentos Coletivos e aprovadas em Assembleia Geral;
- d) Os bens e valores adquiridos e rendas pelos mesmos gerados;
- e) Taxas, juros e aplicações financeiras;
- f) As doações e legados;

- g) Rendas provenientes de prestação de serviços para a categoria, tais como cursos, palestras, seminários, congressos, feiras, exposições e outros eventos;
- h) As multas e outras rendas eventuais;
- i) Aluguéis de imóveis, juros, títulos e depósitos;
- j) Outras rendas não mencionadas nos incisos anteriores e decididas pela Diretoria ou Assembleia Geral.

**Art.47** O Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano poderá cobrar Contribuição de Gestão calculada sobre o capital social da empresa, com o objetivo de manutenção da entidade e dos serviços prestados à categoria.

**§único:** A contribuição de Gestão poderá ser autorizada de forma prévia, individual ou coletiva, via Assembleia Geral.

**Art. 48** O Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano poderá cobrar Contribuição Sindical decorrente de Lei (art. 578 da CLT).

**§1º** A Contribuição Sindical poderá ser autorizada de forma prévia, individual ou coletiva, via Assembleia Geral.

**§2º** O valor da Contribuição Sindical será conforme o disposto no artigo 580, inciso III da CLT, representada por tabela progressiva elaborada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) ou conforme valor decidido em Assembleia Geral.

**Art.49** O Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano poderá cobrar Contribuição Confederativa decorrente de lei (art. 8º, inciso IV da CF) e será direcionada para o custeio do sistema confederativo da representação sindical, com valor determinado em Assembleia Geral.

**§único:** A Contribuição Confederativa poderá ser autorizada de forma prévia e coletiva, via Assembleia Geral.

**Art.50** O Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Material Elétrico do Sudoeste Goiano poderá cobrar Contribuição Negocial (Taxa Negocial) decorrente de lei (artigo 513, alínea “e” da CLT), determinada em instrumento coletivo, e será direcionada para a elaboração, conclusão, custeio e a fiscalização do cumprimento dos instrumentos coletivos, com valor determinado em Assembleia Geral.

**§único:** A Contribuição Negocial (Taxa Negocial) poderá ser autorizada de forma prévia, individual ou coletiva, via Assembleia Geral.

**Art.51** As despesas do sindicato correrão pelas rubricas do orçamento.

## **TÍTULO IX DA ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

**Art. 52** A Administração do patrimônio e dos recursos do Sindicato constituído pela totalidade dos bens que o mesmo possuir, compete à Diretoria.

**Art. 53** Todas as operações de ordem financeira e patrimonial serão evidenciadas pelos registros contábeis da entidade, executados sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado.

**§1º** A escrituração contábil a que se refere este artigo será baseada em documentos de receita e despesa, que ficarão arquivados nos serviços de contabilidade, à disposição dos órgãos responsáveis pelo acompanhamento administrativo e da fiscalização financeira da própria entidade, ou do controle que poderá ser exercido pelos órgãos da União, em face da legislação específica.

**§2º** Os documentos comprobatórios dos atos de receita e despesa, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser incinerados, após decorridos 5 (cinco) anos da data de quitação das contas pelo órgão competente.

**§3º** O Sindicato poderá utilizar livro diário, encadernado, como folhas seguida e tipograficamente numeradas, para a escrituração, dos atos ou operações que modifiquem ou venham a modificar a situação patrimonial da entidade, o qual conterà, respectivamente, na primeira e na última páginas, os termos de abertura e de encerramento. Podendo, no entanto, se utilizar de sistema mecânico ou eletrônico para sua escrituração contábil, cujos lançamentos deverão satisfazer a todos os requisitos e normas de escrituração exigidos com relação aos livros mercantis, inclusive no que respeita a termos de abertura e de encerramento e numeração sequencial e tipográfica.

**§4º** As contas dos administradores poderão ser aprovadas, em escrutínio secreto, por Assembleia Geral ou Conselhos de Representantes, com prévio parecer do Conselho Fiscal.

## **TÍTULO X DOS BENS IMÓVEIS**

**Art. 54** Os bens imóveis só poderão ser alienados pela Diretoria, após prévia autorização da Assembleia Geral.

## **TÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 55** Não havendo o dispositivo especial em contrário prescreve em dois anos o direito de pleito a reparação de qualquer ato infringente de disposição contido neste Estatuto, Regimento Eleitoral e no Regimento Interno da Entidade (quando houver).

**Art.56** As normas definidoras dos direitos e dos princípios fundamentais deste Estatuto têm aplicação imediata e geral, inclusive para os processos administrativos e judiciais.

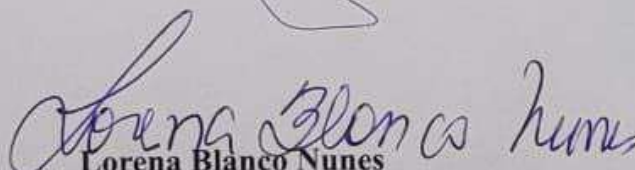
**Art.57** Nenhum membro responde subsidiariamente pelo Sindicato.

**Art.58** O pleito que não for especificadamente disciplinado pelas normas previstas neste Estatuto Social será decidido em Assembleia Geral convocada na forma deste Estatuto.

**Art.59** Este Estatuto Social entra em vigor a partir de sua aprovação em Assembleia Geral e revoga o Estatuto Social anterior, independentemente de seu registro civil.

Goiânia, 10 de dezembro de 2021.

Heitor de Oliveira Nato Neto  
CPF 493.633.951-10  
Presidente do SIMESGO

  
Lorena Blanco Nunes  
OAB/GO 29.971

REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA  
E TABELIONATO DE PROTESTOS DE RIO VERDE - GO  
CNPJ 02.847.077/0001-27 - Fone (64) 3602-6700 - Bel. Franklin Wilson Xavier  
Av. Universitária, 780 - Jd. Presidente - Rio Verde/GO - CEP 75.908-435

PESSOAS JURÍDICAS - Livro A

Apresentado para AVERBAÇÃO, protocolizado e digitalizado sob nº 410 e e averbado sob o nº 3 à margem do Registro nº 1.275. Dou fé.  
Rio Verde/GO, 18 de março de 2022.

Renata Aparecida Castro Rodrigues Silva - Suboficiário  
Emol.: R\$ 80,14 Tx. Judiciária: R\$ 17,97 Fundos: 32,02 ISSQN: R\$ 4,00  
134,14

Selo: 00782203146109630650004 - Consulte em:  
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

